

O realismo impõe flexibilização

Herbert Levy *

De janeiro a maio deste ano, tivemos um ingresso recorde de capitais estrangeiros para investimentos industriais. Isso se deve, sem dúvida, em grande parte, à confiança que o governo merece no plano moral e, entre outras muitas vantagens, ajuda a suavizar o desemprego.

Mas, além disso, houve um crescimento de 10,41% em abril sobre março nas vendas industriais brasileiras. É o primeiro sinal de recuperação, ainda inseguro, mas é um resultado.

No quadrimestre, o balanço da Confederação Nacional da Indústria assinala taxas negativas gerais de desempenho.

É importante registrar que os analistas do setor atribuem esse melhor desempenho às medidas de liberação do crédito ao consumidor, isto é, a flexibilização que

temos reclamado em contraste com a política ortodoxa do FMI, de combater inflação com deflação.

É pena que as críticas feitas pelo professor Rudiger Dornbusch, do MIT, uma autoridade no setor digna de respeito, tenham merecido uma resposta tão completamente negativa, sobretudo do ministro da Fazenda Malan, que até por razões de política inteligente deveria reagir

A melhoria do crédito em vários setores ajuda. Mas é claro que não basta

em termos menos belicosos. Ele construiu sua contundente resposta no fato de Dornbusch ter considerado o real valorizado de 30 a 40% sobre o dólar. Está bem. São uns 20 a 25%, mais do que suficiente para tirar do mercado grandes firmas da indústria pesa-

da, como Villares e Bardella, estimular importações e dificultar exportações. Isso é incontestável. Entra pelos olhos adentro.

Como justificar em 1995 um déficit na balança comercial de 3,5 bilhões de dólares? Nosso desempenho, antes do Plano Real, era um saldo positivo nunca inferior a 10 bilhões de dólares e até superior a 20 bilhões.

Será possível ignorar esses fatos? E não foram sempre esses saldos que permitiram ao Brasil atender tranquilamente às remessas de juros da dívida externa e lucros e amortizações do capital privado aqui investido? Será possível, em boa fé, negar esses fatos?

É claro que outro fator



agravante, e muito, contribui para esse desempenho: os juros absurdamente altos, que chegam a mais de 100% ao ano. Será possível negar o insuportável aumento de

custos que essas taxas representam? E sua responsabilidade no inaceitável aumento da inadimplência e no desemprego?

Mas o governo se mostra tranquilo, pelo menos na aparência. Porque os saldos positivos que desapareceram da balança comercial surgiram no balanço de pagamentos. Mais de 50 bilhões de dólares presentemente. Mas é isso justamente que assusta homens esclarecidos como Dornbusch, e aos quais imdestamente eu me junto. O

custo médio, porque esse dinheiro só vem atraído pelos juros altos, do começo do Plano Real até hoje, não é inferior a 50% ao ano.

E embora esteja o governo aumentando os prazos para a permanência desses capitais puramente especulativos, o seu custo é ruinoso para qualquer economia. Sob esse aspecto, de nada adianta transformar o dinheiro quente em morno.

Assim, paradoxalmente, enquanto as condições do País atraem o investidor industrial, que devemos procurar com o maior empenho, elas também são irresistíveis para o capital especulativo.

E seu custo representa um rombo nas finanças do País, seja ele quente ou morno. Não são apenas homens esclarecidos como Dornbusch que se assustam e temem que esteja em gestação uma crise de grandes proporções para o Brasil. Isso é realismo e bom senso.

Por isso mesmo é preciso agir sem demora, não se justificando o otimismo da equipe econômica, da qual aliás discordava, realisticamente, o ex-ministro do Planejamento José Serra.

A flexibilização, para aumentar as possibilidades de recuperação da nossa economia, também por essa grave perspectiva, se impõe, bem como para o efeito de amenizar a crise deflacionária e melhorar as cifras gravemente negativas da inadimplência e do desemprego.

Assim, vamos esperar que críticas realistas ajudem a suavizar a situação.

A melhoria do crédito em vários setores, inclusive na agricultura, ajuda. Mas não basta. Precisamos de um esforço decidido para a recuperação da economia em termos definitivos e não esporádicos. ■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.

14 JUN 1996

GAZETA MERCANTIL